

## ANEXO

**Nota curricular**

Nome: Luís Filipe da Fonseca Quelhas.

Data nascimento: 02-07-1965.

Naturalidade: Moçambique.

Nacionalidade: portuguesa.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito — Universidade Autónoma de Lisboa (1985-1989).

Categoria profissional:

Inspetor-coordenador superior da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Experiência profissional:

Dezembro de 2012-maio de 2016 — Coordenador do Gabinete Técnico de Fronteiras;

2012 — Coordenador do Departamento de Investigação e Fiscalização da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo;

2011 — Desempenhou funções no Gabinete de Inspeção;

2009-2010 — Oficial de Ligação de Imigração junto da Embaixada de Portugal em Maputo;

2001-2009 — Subdiretor central de Fronteiras/responsável pelo Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa;

1998-2000 — Adjunto do responsável do Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa;

1998 — Responsável do PF 098 (Aeródromo de Tires);

1994-1998 — Inspetor de turno no Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa;

1993 — Desempenhou funções na Divisão de Investigação;

1992 — Inspetor de turno no Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa;

1989-1990 — Docente do Colégio Marista de Lisboa e Colégio dos Salesianos, lecionando as disciplinas de Estudos Sociais e História;

Docente da Escola Secundária de Carcavelos, lecionando as disciplinas de Economia e Relações Públicas.

Experiência internacional:

Membro do VIS (Visa Information System) Working Group da Frontex;

Membro do grupo de AB-RAN (Air Border Risk Analysis Network) — Frontex;

Membro da FRAN (Frontex Risk Analysis Network) — Frontex;

Membro do Advisory Board on Border Security Research — Frontex;

Membro do Grupo de Trabalho sobre Recomendações e Melhores Práticas para Automate Border Control — Frontex;

Gestor do SEF no projeto ABC4EU (Automated Border Control Gates for Europe);

Perito avaliador de fronteiras aéreas da União Europeia;

Perito do Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD);

Gestor do SEF no projeto europeu de fronteiras eletrónicas — ABC4EU;

Ponto de contacto nacional de Portugal para os assuntos relacionados com a Agência Europeia de Fronteiras/Frontex, centralizando a nível nacional todo o fluxo de informação relacionada com todas as atividades da Frontex (operações conjuntas, projetos-piloto, formação, conferências, *workshops*, projetos técnicos, etc.), sendo o *link* entre a Frontex e todas as autoridades nacionais, com responsabilidades no domínio da gestão integrada da fronteira externa (SEF, Autoridade Marítima, Força Aérea, GNR, Marinha e PSP);

Representante do SEF no Centro Coordenador de Informações Policiais do Campeonato da Europa de Futebol Euro 2004;

Membro do SEF no grupo de trabalho Expo 98 — Aeroporto de Lisboa;

Representante do SEF no grupo de trabalho Projeto Droga por Via Aérea.

Docência:

Formador interno/externo (PALOP) do SEF em Direito Administrativo, Legislação de Estrangeiros, Controlo de Fronteiras e Convenção de Aplicação Schengen;

Monitor na área de Fronteiras no 5.º Curso de Estágio da Carreira de Investigação e Fiscalização;

Monitor de um curso no âmbito do Plano de Formação Migramacau que incidiu sobre duas áreas nucleares (Imigração Ilegal, Controlo de Fronteiras e Fluxos Migratórios) — Macau.

Outros:

Curso de formação em Comunicação e Interação com os Media;

Curso de Alta Direção;

Curso de formação em Liderança/Desenvolvimento de Capacidade de Chefia;

Curso de formação em Análise Comportamental — Gestão de Stress;

Recebeu o Prémio Aeroporto de Lisboa — distinção atribuída ao Departamento do SEF que dirigiu por ter sido a entidade que mais contribuiu para a melhoria da qualidade do serviço do Aeroporto de Lisboa.

209557389

**Despacho n.º 6357/2016**

De acordo com n.º 5 do artigo 67.º-A do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, que aprovou a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o cargo de Subdiretor de Fronteiras de Lisboa é provido por despacho do Membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

O cargo de Subdiretor de Fronteiras de Lisboa do SEF encontra-se vago, pelo que atendendo à necessidade de garantir o normal funcionamento do Serviço torna-se necessário proceder à nomeação do respetivo titular.

Assim, de acordo com a proposta formulada pela Diretora Nacional do SEF e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 67.º-A do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, designo em comissão de serviço por um período de três anos, renovável por iguais períodos, para exercer o cargo de Subdiretor de Fronteiras de Lisboa, do SEF, cargo de direção intermédia do 2.º grau, o licenciado António José Sérgio Henriques, o qual preenche os requisitos legais e é detentor da aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, o designado poderá optar pela remuneração de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2016.

2 de maio de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

## ANEXO

**Nota Curricular**

António José Sérgio Henriques

Inspetor Coordenador do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Formação académica: Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa em 2000 e Pós-Graduado em "Estudos da Paz e da Guerra" na mesma Universidade.

Percurso Profissional: Desde 09dez12 exerce funções no Gabinete Técnico de Fronteiras, com atribuições de gestão de fronteiras, promoção de formação especializada, elaboração de relatórios e normas técnicas e representação desta unidade orgânica em reuniões, comissões e grupos de trabalho a nível nacional (CNCM, Projeto Nipimar, CCPMP, GICNT, PSI, CIL...) e internacional (Frontex, Conselho e Comissão Europeias, OSCE).

2009-2012 Adjunto do Responsável pelo Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa.

2005-2009 Inspetor na DCIPAI — Direção Central de Investigação Pesquisa e Análise de Informação onde chefou o Núcleo de Pesquisa.

1993-2005 Inspetor-adjunto em funções no Aeroporto de Lisboa.

Outras funções exercidas, cargos desempenhados, representações de serviço e intervenções:

Lecionou no 6.º curso de inspetores do SEF, bem como no Curso 74/2015 da CEPOL, na GNR, PSP, PJ, AMN e serviços congéneres de países de língua oficial portuguesa.

Avaliador Schengen em missões de avaliação às fronteiras externas da União Europeia.

Formador do SEF em Direitos Fundamentais e em Segurança da Aviação Civil.

Formador da Frontex, no âmbito dos Direitos Fundamentais e na constituição das equipas europeias de guardas de fronteira — EBG.T.

Participou no Projeto da União Europeia "Reforço das capacidades de Cabo Verde na gestão das migrações".

Membro da delegação portuguesa no Grupo CIREFI, EU, no primeiro semestre 2007.

Representante do SEF no “AWF Phoenix” e no “Projeto Ébano”, no quadro da Europol.

Representante do SEF na “2.ª Reunião de Especialistas em Emigração Clandestina de África para a Europa”, no quadro da Interpol.

209557542

## Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna

### Despacho n.º 6358/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a licenciada Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira para exercer funções de Adjunta no meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto nas alíneas *a*) e *b*) do artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos a partir de 2 de maio de 2016.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

2 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, *Maria Isabel Solnado Porto Oneto*.

### ANEXO

#### Síntese curricular

Nome: Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira.

Data de nascimento: 27 de fevereiro de 1975.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, com média final de 14 valores;

Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, na Universidade Católica Portuguesa (1999/2000);

Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2004).

Formação Profissional:

Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública, promovido pelo INA, com classificação final de 19 valores (outubro/2008);

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), promovido pelo INA, com classificação final de 16,5 valores (dezembro/2010);

Formação complementar em várias áreas, essencialmente no âmbito do direito administrativo e do direito financeiro e orçamental.

Experiência profissional:

Desde dezembro de 2009 até à atualidade exerceu o cargo de chefe da Divisão de Consultadoria, do Gabinete de Consultadoria Jurídica e Orçamental da Direção-Geral do Orçamento (DGO);

De fevereiro de 2008 até dezembro de 2009 desempenhou funções de assessoria jurídica no Gabinete de Consultadoria Orçamental da DGO, tendo sido nomeada, em março de 2008, na categoria de técnico superior de orçamento e conta especialista, da carreira técnica superior de orçamento e conta da DGO. Durante este período desempenhou, nomeadamente, as seguintes funções: elaboração de estudos, pareceres e informações de carácter jurídico por determinação dos membros do Governo ou da direção da DGO, essencialmente no âmbito do regime jurídico e orçamental do setor público administrativo; elaboração de projetos de diplomas; colaboração com a equipa do projeto RIGORE na elaboração do módulo de contratação pública; integração da equipa de apoio jurídico do “Projeto BIORC — Business Intelligence Orçamento”; acompanhamento jurídico dos concursos públicos abertos pela DGO e

implementação dos procedimentos decorrentes do Código dos Contratos Públicos; instrução de processos disciplinares;

De outubro de 2007 a fevereiro de 2008 exerceu as funções de Chefe de Divisão de Recursos Humanos na Câmara Municipal de Mafra, com competências nas áreas de pessoal, formação, avaliação do desempenho, cadastro e remunerações, substituindo o Diretor do Departamento de Administração Geral, nas suas faltas e impedimentos;

Em maio de 2001 ingressou na DGO como técnica superior de orçamento e conta da área jurídica, da carreira de técnico superior de orçamento e conta, tendo sido nomeada definitivamente em maio de 2002, na sequência de aprovação em estágio (com a classificação de 19 valores). Em fevereiro de 2005, foi nomeada na categoria de técnico superior de orçamento e conta principal da mesma carreira. Desenvolveu funções de assessoria jurídica nos diversos domínios de atuação da DGO, designadamente: elaborando estudos e pareceres jurídicos, especialmente no âmbito do direito administrativo e orçamental (muitos dos quais divulgados na base de dados Digesto); colaborando na elaboração de diplomas legais e regulamentares no âmbito da administração financeira do Estado (onde se incluem a lei do orçamento do Estado e o decreto-lei de execução orçamental);

Em fevereiro de 2000 ingressou na Direção-Geral dos Impostos (DGCI), onde exerceu as funções de técnica de administração tributária adjunta.

Outras funções relevantes:

Formadora desde 2003, designadamente nas áreas da contratação pública, de recursos humanos e do direito orçamental;

Integrou a Comissão de Reforma da Lei de Enquadramento Orçamental de 2015 nomeada por Despacho de Sua Ex.ª a Ministra de Estado e das Finanças (Despacho n.º 10975/2014, de 13 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165 de 28 de agosto);

Integrou o Grupo de Trabalho para a 5.ª Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, nomeada por Despacho de Sua Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças, (Despacho n.º 8065/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2010);

Assegurou, durante os anos de 2014 e 2015, o secretariado técnico do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, que visa assegurar a coordenação entre as finanças das Regiões Autónomas e as do Estado;

Elaborou, em coautoria, uma compilação anotada de legislação da Contabilidade Pública, publicada pela DGO em parceria com a INCM; Participou em diversos grupos de trabalho, designadamente no grupo de trabalho para a revisão do regime jurídico das alterações orçamentais e no grupo de trabalho para o acompanhamento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Integrou o júri de vários procedimentos concursais para seleção de pessoal, designadamente para cargos dirigentes, bem como o júri de procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços.

209556765

## Guarda Nacional Republicana

### Comando-Geral

#### Despacho (extrato) n.º 6359/2016

Manda o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, que o Sargento abaixo mencionado, transite para a situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 85.º do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, conjugado com o n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 214-F/2015, de 2 de outubro, devendo ser considerado nesta situação na data que se indica:

Posto	Arma/Serviço	NM	Nome	Data reserva
Sargento-Chefe	Infantaria	1866197	Ernesto de Almeida	11-01-2016

Por delegação do Exmo. Tenente-General Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, no Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, *Carlos Alberto Baía Afonso*, Major-General.

23 de dezembro de 2015. — O Comandante do CARI, *Carlos Alberto Baía Afonso*, Major-General.

209558174